



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Gabinete
Secretaria Executiva do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica

ATA - SEE/SEC CACS-FUNDEB

VI REUNIÃO ORDINÁRIA 01/08/2024

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, realizou-se presencialmente, a VI Reunião Ordinária do Conselho de Acompanhamento e Controle dos Recursos do FUNDEB do Distrito Federal (CACS/FUNDEB). Ausentes por motivo justificado os(as) Conselheiros (as) Juliana Alves de Araújo Bottechia, representante titular da SEE/SUBEB, Magda Letícia Do Carmo e Anderson Guedes dos Santos titular e suplente representantes da Gerência de Contabilidade GCONTAB, Sebastião José de Abreu, representante do Conselho de Educação do Distrito Federal, Bernardo Fernandes Távora, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação CNTE, Mônica Saleh Mohammad Said de Souza, representante de Pais e Alunos da Educação Básica ASPA, Gabriela Sidrin de Souza, titular representante dos Estudantes de Educação Básica UBES, Zulete das Graças Grigati Rodrigues e Ormezina Falcão de Lima, representantes titulares da Representação de Pais e Alunos da Educação Básica ASPA. Ausentes por motivo injustificado os Conselheiros(as) *Gabriel de Herédia Nascimento*, suplente representante dos Estudantes da Educação Básica, *Danielton Lima do Nascimento* e *Wênio Alves Nascimento* titular e suplente representantes dos Estudantes da Educação Básica - DANMS - Diretório Acadêmico de Nível Médio e Superior. O secretário executivo, Valteir Pessoa dos Santos cumprimentou a todos os presentes, iniciou esclarecendo as funções dos Conselheiros do CACS/FUNDEB destacando que os mesmos não ficam somente atrás de uma mesa mas realizam visitas in loco e verificam se os termos de compromisso foram cumpridos à risca, analisando e conferindo todo o termo, seguindo, agradeceu a presença da equipe da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação (SUPLAV), e deu a palavra a eles para se apresentarem e darem o andamento da reunião. Ana Carolina, da diretoria de Planejamento Estratégico da SUPLAV, iniciou sua fala esclarecendo que a proposta inicial é estreitar laços, subsidiar e apoiar no que for necessário o CACS/FUNDEB, continuou informando que a SUPLAV cuida de todos os programas, projetos de políticas públicas tanto a nível distrital como a nível federal e para um melhor acompanhamento a SUPLAV sofreu uma reestruturação no ano passado, sendo assim apresentou a equipe: Diretoria de Planejamento Orçamentário, Diretoria de Planejamento de Obras e Infraestrutura e Diretoria de Planejamento do Plano Distrital de Educação e das Unidades Escolares. Ana Carolina pediu que todos os membros do Conselho do CACS/FUNDEB DF se apresentassem. O secretário executivo Valteir explicou a composição do CACS, dos diversos setores da sociedade que o compõem e também que o CACS é dividido em Comissões: PNATE, PAR, FUNDEB e EMTI. Logo após todos se apresentarem começou o Workshop PAR (Programa de Ações Articuladas). A diretora iniciou a palestra mostrando a estrutura da Secretaria de Educação do Distrito Federal, seguiu explicando o que é o PAR dando destaque para o fato do PAR ser um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão de política educacional, informou que a lei do PAR é anterior ao Plano Nacional de Educação. Segundo a diretora, o PAR é um instrumento para melhorar a gestão além de ser uma via de fomento para complementar as ações dos programas que os Conselheiros citaram fazer parte (PNATE, EMTI, FUNDEB). Seguiu falando sobre o objetivo do PAR, promover a melhoria da qualidade da educação básica pública, observadas as metas,

diretrizes e estratégias do Plano Nacional de Educação. Ana Carolina apresentou os números do DF, a quantidade de termos de compromisso PAR, o demonstrativo da pactuação e o demonstrativo de execução. Seguiu mostrando a regulamentação do PAR, Lei 12.695/2012, Resolução nº 14/2012, Resolução nº 03/2020 e Resolução nº 04/2020, destacou que para cada ciclo do PAR tem uma resolução. Segundo a diretora, a governança funciona a nível de União e depois os Entes se organizam a nível de cada secretaria de Educação. A nível de União, a Governança do PAR se dá através do Comitê estratégico do PAR, onde se delibera quais programas, iniciativas e demandas vão entrar no PAR, o Comitê também avalia o que está funcionando ou não para pensar no próximo ciclo. Continuou explicando como é feita a elaboração do PAR, a partir de um diagnóstico da Situação Educacional é feito o planejamento com base em quatro dimensões: gestão educacional, formação de profissionais de educação, práticas pedagógicas e avaliação e infraestrutura física e recursos pedagógicos, para cada uma dessas dimensões terão programas e ações a serem financiados, são indicadores, percepções e coletas de informações para apoiarem as políticas públicas a nível de União. A diretora destacou a dimensão que é mais focada e tem mais investimento: a dimensão da infraestrutura, não só a nível Distrital mas como em todo o país, nessa dimensão entra ônibus, obras, etc. A Conselheira Alzira perguntou se existem na prática as quatro dimensões pois acreditava existir somente a quarta dimensão mesmo. Prontamente a diretora disse que existem as quatro dimensões apesar de ser muito comum as pessoas acreditarem ter só a quarta dimensão por essa ficar mais em evidência. O Conselheiro Waldeck tomou a palavra dizendo que deveria existir políticas públicas para todas as dimensões mas o mesmo desconhece, já que foi professor, transitou como Gestor e não ouviu falar sobre as outras dimensões, afirmando serem de suma importância. Apesar disso, Ana Carolina afirmou que para todas as dimensões há políticas públicas, pois o PAR vem para apoiar as políticas públicas. O Conselheiro Waldek afirmou que falta é dar visibilidade, pois a sociedade desconhece, os professores desconhecem essas políticas, inclusive já foi pauta de discussão nas reuniões do CACS, de dar visibilidade para o CACS pois muitos desconhecem sua existência, e só a partir desse conhecimento surgirão movimentos para que os sujeitos necessitados de uma educação de qualidade sejam atingidos. A Conselheira Maria da Conceição destacou que em muitos municípios do interior investem na formação de professores, não do nosso ideal de formação, um pouco diferente do que acontece no Distrito Federal, há uma atuação maior nesses municípios. O Conselheiro Waldeck destacou a participação de alguns Conselheiros no Seminário dos Conselhos em Aracaju, no qual viram projetos maravilhosos de outros municípios que superam o DF. Pedindo a palavra o secretário Executivo Valteir lembrou que no ano de 2023 o CACS DF promoveu algumas visitas nas Regionais e verificou que a grande maioria desconhecia a existência do CACS. Ana Carolina complementou, se perguntassem na Sede da Secretária de Estado de Educação muitos desconheciam a existência do CACS/FUNDEB, sendo que o CACS/FUNDEB é de fundamental importância, ademais é o CACS que acompanha os programas e são os responsáveis para a validação das ações. Ana Carolina destacou que está em construção um plano de ação para verificar a efetividade das políticas públicas, a Conselheira Adriane perguntou se seria anual essa prestação e a diretora disse que começou esse ano mas o intuito é que seja produzido um relatório trimestral atrelado a cada plano de ação demonstrando os indicadores para possíveis avaliações do impacto gerado, o qual o CACS terá acesso. De acordo com a diretora estão em andamento mais de sessenta políticas públicas federais as quais a SUPLAV coordena. Destacou que a fiscalização é feita pelo CACS, a secretaria envia os relatórios, toda documentação é inserida, o CACS avalia e o FNDE também. Os Conselheiros reclamaram de como é feita a prestação de contas que muitas vezes tiveram que avaliar prestações de dez anos atrás, sendo inviável para eles fazer algo assertivo pois já se passaram muitos anos, além disso destacaram que o sistema não dá margem para questionamentos já vem engessado e eles não têm como fazer maiores inferências sobre as prestações de contas. A diretora Ana pontuou que quando são inseridos documentos para as prestações de contas tudo tem que estar de acordo com as regras estabelecidas pelo FNDE senão o sistema não aceita, portanto há uma diligência para cada documento inserido no sistema. Sendo assim, quando a prestação chega para o CACS já foi acompanhada diligentemente para estar dentro do padrão FNDE. O secretário executivo Valteir pontuou que uma das principais

funções do CACS é o acompanhamento das contas, porém até o momento o CACS/FUNDEB não possui senha para acesso ao SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle), inclusive citou que outras áreas da Secretaria possuem mas o CACS não, mesmo já sido solicitado, Ana Carolina respondeu que irão verificar. Ana Carolina explicou que os Ciclos do PAR andam em consonância com o Planejamento Plurianual e foram divididos em quatro ciclos: 1º ciclo 2007 a 2010, 2º ciclo 2011 a 2014, 3º ciclo 2016 a 2020 e 4º ciclo 2021 a 2024. Excetuou que o 4º ciclo finaliza agora no final do ano e o 5º ciclo começa em 2025, apesar de acabar um ciclo a execução continua, temos hoje na Secretaria termos do 2º ciclo rodando ainda, o que encerra é o planejamento mas a execução continua. De acordo com o acórdão do Tribunal de Contas o PAR deverá sempre ser plurianual. Logo após expôs as competências do Ente: forma de contratação, monitoramento, notas fiscais, pagamentos efetuados e pendências. Ana Carolina comentou sobre os diversos programas e ações do PAR, as várias iniciativas (em torno de vinte e sete), comentou que já foram mais de cem iniciativas, dentro de cada iniciativa tem vários itens. A diretora explicou as etapas do PAR: Preparatória (onde são inseridos dados da unidade, PNE, histórico e pendências); Diagnóstico, Planejamento (onde é feita a análise técnica, financeira e os termos de compromisso) e Execução (execução, acompanhamento e monitoramento e prestação de contas). Segundo a diretora, as etapas já foram seguidas no 4º ciclo e antes da fase do diagnóstico é feito o monitoramento do planejamento da etapa preparatória, somente depois da etapa de diagnóstico é inserido o ciclo no sistema. O Conselheiro Clerton pontuou que na etapa preparatória onde consta a elaboração do PNE (Plano Nacional de Educação) faça um vínculo com o PDE (Plano Distrital de Educação), a diretora falou que está sendo feita essa vinculação. O Conselheiro excetuou que apesar de posicionamentos contrários o PDE tem que seguir as mesmas estratégias, metas e objetivos do PNE, senão dará problema no monitoramento. Ana Carolina seguiu explicando que na etapa preparatória existe o monitoramento do PDE na plataforma junto com o PNE, é feita a verificação e atualização das informações da unidade como: dados do Governador, dados da Secretaria e da Secretária, dados dos Conselhos, logo após é instituída a equipe técnica e local. A equipe local é formada por professores, coordenadores, diretores de escola, além do Conselho de Escolar e Conselho de Educação, por indicação. No planejamento, precisa indicar no SIMEC as iniciativas que serão necessárias para apoiar nas soluções das fragilidades apontadas pelo diagnóstico e depois enviar o planejamento para análise do MEC (Ministério da Educação) e do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). O FNDE é o responsável por fazer a análise de mérito e financeira, depois de aprovado firma o termo de compromisso, depois volta para a Secretaria de Educação que tem trinta dias para validar o termo. Após o termo pactuado é posto em execução. Se na hora da execução é notado que precisa fazer um ajuste pode ser feita uma repactuação. A Conselheira Maria da Conceição tomou a palavra e falou do trabalho que está sendo efetuado pela Comissão PNATE para aprovação das contas, já que pelas palavras da Conselheira não dá para aprovar sem ter sido verificada toda a prestação de contas. Segundo a Conselheira, os Conselheiros foram nas Regionais ano passado, verificaram os ônibus, suas condições, viram o funcionamento do transporte, constataram algumas demandas e irregularidades. As Regionais enviam suas demandas para à Secretaria de Educação. A Conselheira indagou uma falta de comunicação dentro da Secretaria para que as demandas fossem atendidas. Dentro dessa parte de planejamento, a diretora Ana destacou que para o próximo ciclo PAR, já foram feitas visitas em todas Regionais de Ensino, fizeram uma escuta ativa com todos os gestores mais a coordenação regional e agora estão iniciando uma nova etapa que será por unidade escolar. Depois sentar com as subsecretarias para propor as próximas ações para o próximo ano. O diretor Elivan destacou que na etapa de conversa com as subsecretarias, eles devem fazer um compilado das ideias, corrigir o que precisa e fazer um planejamento para verdadeiramente abarcar a todos, estabelecendo metas realmente viáveis. Ana tomou a palavra para explicar as etapas de execução: forma de contratação, monitoramento, análise das notas fiscais e pagamentos efetuados. A diretora informou que hoje na Secretaria são cento e setenta e nove termos em execução. De acordo com ela, nesse ciclo é obrigatória a contrapartida na hora da pactuação, por parte da Secretaria, sendo no valor de um por cento. Existe também uma parte de monitoramento para verificação do que foi pedido e do que foi entregue para alimentar o sistema

que depois será analisado pelo CACS/FUNDEB. A Conselheira Alzira falou que o CACS realiza visitas para análise das prestação de contas da forma como a diretora informou e a mesma destacou que a primeira verificação quem faz são eles da SUPLAV. Continuando a explicação sobre a execução, a diretora esclareceu que depois dessas etapas concluídas de colocado tudo no sistema é repassado para a Secretária de Educação que preenche algumas declarações solicitadas no SIMEC e emitir um relatório simplificado de prestação de contas. A diretoria faz ainda um relatório final que facilita a análise do CACS, além de subsidiar a assinatura da secretária. O Conselheiro Waldeck tomou a palavra para destacar que passou quase dois anos para assimilar as ações do FUNDEB, depois analisando questões de gestões passadas, onde a gestão do CACS atual quase não existiu pois precisa verificar essas questões passadas. Destacou que essa nova gestão contribuiu para dar visibilidade ao CACS, pois fizeram uma frente de trabalho. E aconselhou a SUPLAV também fazer uma frente de trabalho, um mutirão, para resolver as pendências passadas, pois não avança o trabalho já que existem essas pendências. O secretário executivo Valteir perguntou a diretora sobre o programa EMTI, sobre uma "fila" em que as escolas entram para que sejam realizadas reformas, melhorias nas mesmas. A diretora falou que já é do seu conhecimento os ofícios enviados pelo CACS contendo esses questionamentos do EMTI, e também do PNATE e educação infantil. Segundo a diretora, está sendo elaborado um plano de ação junto a diretoria EMTI para repensar algumas ações, já que tem algumas até paradas. A diretora continuou a fala explicando sobre a prestação de contas, que deverá ser feita após sessenta dias do término do termo de compromisso, a prestação de contas deverá conter as informações e os documentos que comprovem a execução físico-financeiro, esses documentos serão disponibilizados no sistema para a análise: do CACS, que emitirão parecer conclusivo a cerca da aplicação dos recursos para validação da execução físico-financeira das ações pactuadas; e das áreas do FNDE e Secretarias do MEC que emitirão informações quanto a análise técnica e financeira, as quais subsidiarão a elaboração de parecer final. A diretora finalizou a apresentação agradecendo a todos presentes, disponibilizando os contatos para esclarecimentos de quaisquer dúvidas e se colocando á disposição do CACS. Valteir agradeceu em nome de todo o Conselho, destacou que foi de imensa valia o workshop, agradeceu a disponibilidade de toda equipe da SUPLAV presente e finalizou a reunião. Eu, Andréa Ricardo de Sousa, Analista em Políticas Públicas e Gestão Educacional, matrícula 253393-6, lavro a presente Ata que, submetida a análise, aprovação e assinatura do Secretário Executivo Valteir Pessoa dos Santos, disponibilizo aos presentes para assinatura. Por ser verdade, firmo a presente.



Documento assinado eletronicamente por **VALTEIR PESSOA DOS SANTOS - Matr.0200307-4, Secretário(a) Executivo(a) do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB**, em 16/08/2024, às 14:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREA RICARDO DE SOUSA - Matr.0253393-6, Analista em Políticas Públicas e Gestão Educacional**, em 16/08/2024, às 14:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **AMANDA CAROLINA AMORIM DE SOUSA - Matr.0272052-3, Coordenador(a) de Saúde, Educação e Áreas Sociais**, em 16/08/2024, às 15:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **WALDEK BATISTA DOS SANTOS, RG n.º 459904 - SSP-DF, Usuário Externo**, em 16/08/2024, às 15:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CLERTON OLIVEIRA EVARISTO, RG n.º 463175 - SSP-DF, Usuário Externo**, em 16/08/2024, às 16:56, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n° 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALZIRA NEVES SANDOVAL - Matr.0205266-0, Professor(a) de Educação Básica**, em 16/08/2024, às 18:37, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n° 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA DA SILVA - Matr.0048667-1, Membro do Conselho de Educação do Distrito Federal**, em 16/08/2024, às 19:01, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n° 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANE FREITAS DE OLIVEIRA COTIAS E SILVA - Matr.0046159-8, Chefe da Unidade de Análise e Acompanhamento das Ações Governamentais**, em 16/08/2024, às 19:02, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n° 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HEDY ENITA ROJAS SCHNEIDER - Matr. 02266261, Professor(a) de Educação Básica**, em 20/08/2024, às 16:48, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n° 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=147481569)
verificador= **147481569** código CRC= **666C5F13**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Shopping ID, SCN, Qd. 06, Conjunto A, Edifício Venâncio 3.000, Bloco B, 9º andar - Bairro Asa Norte - CEP 70716-900 - DF

Telefone(s): (61)3318-2958

Sítio - www.se.df.gov.br